

# Brasília-DF



**DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)**  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Preço a pagar

Os partidos mais à esquerda ficaram revoltados a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) das Igrejas, que garante imunidade de impostos sobre a aquisição de bens e serviços de templos de qualquer culto. Tem muita gente apostando que essa proposta foi moeda de troca para que o Centrão não criasse problemas na votação da PEC que acabou com a escala 6x1. A esquerda foi surpreendida e votou contra. “Esse tipo de acordo eles (Centrão) não nos colocam”, reclamou o deputado Tarcísio Motta (PSol-RJ).

## A Fazenda tomou um susto

Ninguém esperava que, numa sessão com votação remota, houvesse quórum para votar uma emenda constitucional, que requer 308 votos sim para ser aprovada, ainda mais numa quinta-feira. Essas sessões costumam durar no máximo duas horas. Mas, ontem, foram sete horas para garantir a aprovação nos dois turnos.

## 6 x 1 e o Senado

Os senadores opositoristas começaram a se movimentar para modificar o texto do fim da escala 6 x 1 no Senado. A ideia é discutir um modelo de período de transição maior para a redução das horas trabalhadas. Esse, porém, é o plano B. O plano A da oposição é tentar emplacar a sugestão do senador Rogério Marinho (PL-RN), que prevê pagamento de salário por horas trabalhadas. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), encaminhou a proposta à Comissão de Constituição e Justiça da Casa.

## Melhor de três

Os deputados Carlos Jordy, Sóstenes Cavalcante e o senador Carlos Portinho estão na briga pela vaga de candidato ao Senado pelo PL do Rio de Janeiro, aberta com a desistência do ex-governador Cláudio Castro ao pleito. Portinho é líder do PL no Senado há seis anos e comandou a bancada governista durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro.

## O teste das urnas

Portinho está no páreo, embora tenha assumido o mandato porque era primeiro suplente do senador Arolde de Oliveira, que morreu na pandemia, em 2020. À coluna, Portinho afirmou: “Todos sabem que eu trabalhei o meu mandato para a minha reeleição. Fui eleito melhor senador do Brasil e estou dentro da campanha do Flávio até o pescoço para elegê-lo”.

# A página ainda não virou

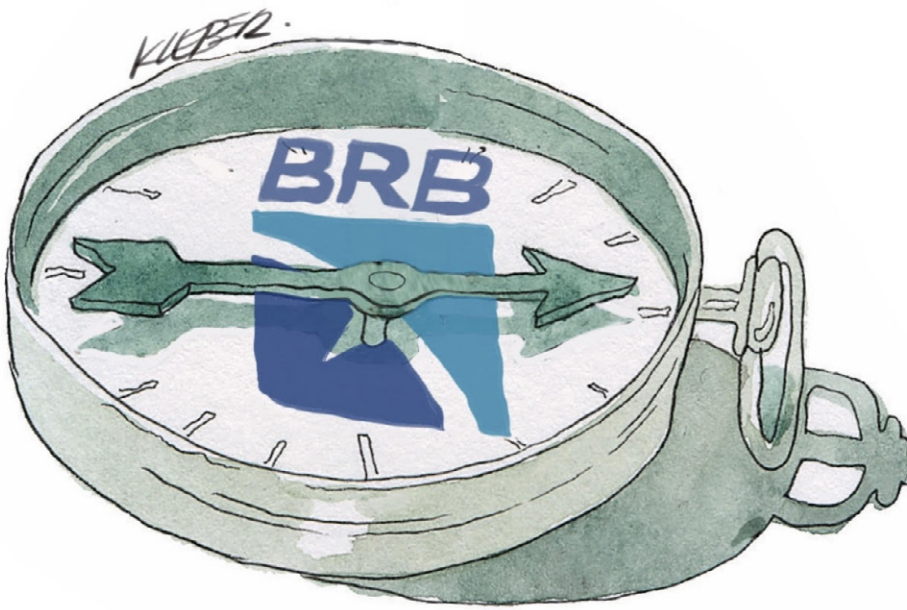
O acordo entre o governo federal e o GDF para salvar o Banco de Brasília é motivo para comemorar, mas quem entende do riscado afirma que todo o movimento ainda não permite colocar uma pedra sobre esse tema BRB/Master. Ainda vem por aí a possível delação de Paulo Henrique Costa, o ex-presidente da instituição, e a do ex-controlador do Master, Daniel Vorcaro — que, conforme o leitor da coluna já sabe, trabalha uma nova proposta nesse sentido. Logo, a tensão política não se dissipou. Há apenas um alívio institucional, o que por si só, é considerado uma vitória.

**Por falar em alívio institucional.../** Especialistas do mercado financeiro avaliam que o acordo fechado ontem, que resultará no empréstimo do Fundo

Garantidor de Crédito (FGC) ao BRB, cria um precedente.

“Em operações de crédito de entes federativos, o aval da União melhora a segurança para o credor, porque o Tesouro Nacional fica como garantidor. Nesse aval, a fiança é de um sindicato de bancos e contragarantias do DF, como receitas de Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE). A medida reduz risco sistêmico imediato, mas cria precedente institucional sensível ao dispensar limites fiscais ordinários e concentrar monitoramento no STF”, comentou o consultor financeiro Carlos Henrique Silva Junior.

Ou seja, outros entes federados e instituições financeiras podem querer o mesmo, o que foge do rito comum.



## CURTIDAS

**O que vem por aí/** Crescem as apostas sobre pré-candidaturas ao Senado ficando pelo caminho, tal como ocorreu com Cláudio Castro. O prazo das convenções para oficialização das postulações só abre em 20 de julho. Tem muita tente dizendo que, se a Polícia Federal (PF) trabalhar direito, outros cairão antes disso.

**E tem mais/** O receio não pega apenas nestas eleições de outubro. Mas se estenderá às mesas diretoras da Câmara e do Senado em 2027. Ou seja, a tensão continuará seja quem for presidente eleito.

**E a CMO, hein?/** Quem procura saber dos parlamentares quando será instalada a Comissão Mista de Orçamento (CMO) ouve como resposta: “Pergunte ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP)”. Quem já foi dessa comissão diz que a CMO só deve ser instalada após as eleições e a Lei de Diretrizes Orçamentárias será apreciada junto com a Lei Orçamentária Anual (LOA), em novembro.



**Lembrança/** Após acompanhar a votação do fim da escala 6x1, o padre Júlio Lancellotti voltou à Câmara dos Deputados para entregar à deputada Erika Hilton (PSol-SP, foto) o livro *Dilexi Te — Sobre o Amor para com os Pobres*, do papa Leão XIV. De acordo com o padre, o documento é uma herança do papa Francisco, que começou a escrever a obra e seu sucessor resolveu compartilhar com o mundo.



Ministro suspende o julgamento sobre a redução de inelegibilidade prevista na lei. Está 2 x 0 pela inconstitucionalidade

# Ficha Limpa: Gilmar para ação

» RENATO SOUZA

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu, ontem, o julgamento de uma ação que trata de mudanças nos prazos de inelegibilidade aplicados pela Lei da Ficha Limpa. O magistrado apresentou um pedido de vista — ou seja, mais tempo para analisar o caso, o que paralisa o trâmite na Corte. O julgamento iria até amanhã, no plenário virtual.

O STF julga uma ação que foi protocolada pelo advogado e ex-juiz Márlon Reis — considerado o “pai” da Ficha Limpa —, por meio do partido Rede Sustentabilidade, contra a Lei Complementar 219/25, que definiu que o prazo de inelegibilidade começa a contar da data da condenação, e não do fim do cumprimento da pena. No momento em que Gilmar pediu vista, os ministros Cármen Lúcia (relatora) e Luiz Fux haviam votado pela inconstitucionalidade das mudanças aprovadas pelo Congresso e sancionadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no ano passado.

Entre as principais alterações, a lei que alterou a Ficha Limpa unificou em 12 anos o prazo máximo de inelegibilidade para políticos condenados em diversas ações por improbidade administrativa. Se esse dispositivo for validado pelo STF, a decisão pode dar sinal verde às candidaturas do ex-governador José Roberto Arruda — que postula o retorno ao governo do Direito Federal —, do ex-deputado Eduardo

## Principais pontos

- » Exigência de dolo para caracterizar improbidade e fim da improbidade culposa, quando há prejuízo aos cofres públicos sem intenção do agente;
- » Redução das condutas que podem ser enquadradas como improbidade administrativa;
- » Abrandamento das punições previstas na lei;
- » Diminuição dos prazos de prescrição;
- » Se os direitos políticos podem ser suspensos em casos sem dolo;
- » Regras que limitam a responsabilização de sócios, dirigentes e terceiros.

Cunha — cujo mandato foi cassado em 12 de setembro de 2016 por quebra de decoro parlamentar, devido a ter mentido na CPI das Petrolbras — e dos ex-governadores do Rio de Janeiro Anthony Garotinho e Sergio Cabral.

Pelas alterações sancionadas por Lula, Arruda, Cunha e outros estão elegíveis. A candidatura terá de ser avaliada pelo TSE no momento do registro em agosto.

No seu voto, Cármen Lúcia, seguida por Fux, defendeu que

Rosinei Coutinho/STF



Cármen Lúcia e Luiz Fux manifestaram-se pela ilegalidade que o Congresso promoveu na lei e que Lula sancionou

as mudanças esvaziam a legislação sobre o tema e representam um retrocesso. Para a ministra, a alteração do prazo “esvazia a proteção constitucional à probidade administrativa e à moralidade”, “desguarnecendo o eleitor da salvaguarda da lisura das candidaturas apresentadas”. Presidente do TSE até 12 de maio, a magistrada sustenta que a nova norma “importaria em impunidade ou anistia”, prejudicando o processo eleitoral.

Segundo Cármen, o “Supremo Tribunal atua no sentido de afastar por antijurídicos quaisquer comportamentos e atos que impeçam, dificultem ou embacem a probidade administrativa e a moralidade pública inerente ao regime republicano”.

Na terça-feira, o Instituto Não Aceito Corrupção (Inac) divulgou nota em que pede que os demais ministros do Supremo sigam o entendimento da ministra. “É notório que, do ponto de vista do interesse

público, é relevante manter condenados afastados da vida pública por períodos significativos, não se justificando sob a ótica da sociedade esta aceleração açodada pelo retorno à vida política desses políticos condenados pela Justiça”, diz o comunicado da entidade.

Nos bastidores do STF, se avalia que a situação será definida de acordo com a legislação em vigor e a tendência é de que as candidaturas sejam mantidas. **(Com Agência Estado)**

## » Prorrogação de prazo

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), atendeu ao pedido da Procuradoria-Geral da República e concedeu, ontem, mais prazo para a conclusão das investigações sobre venda de sentenças no Superior Tribunal de Justiça. O magistrado também levantou o sigilo da decisão. O despacho ocorreu em uma ação em que a Procuradoria denunciou nove pessoas suspeitas de integrar um esquema de venda de decisões judiciais. A denúncia foi apresentada pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet, e aponta crimes como: organização criminosa, corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro e violação de sigilo funcional. Entre os denunciados estão Márcio Toledo Pinto e Daimler Alberto de Campos, que foram assessores das ministras Nancy Andrighi e Isabel Galotti, além de Anderson de Oliveira Gonçalves, acusado de ser o chefe do esquema. As defesas terão prazo para se manifestar no processo antes que a ação seja levada à Primeira Turma do STF. Segundo a investigação, o grupo teria atuado entre 2019 e 2023 para obter acesso antecipado a decisões e negociar informações.